

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO DO PODER EXECUTIVO SOBRE A EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS E IMPLANTACÃO DA PCASP**

Senhor Presidente,

Conforme o disposto no art. 42, da Constituição Estadual do Estado do Ceará, de 05/10/98, encaminhamos a Vossa Excelência, o Relatório sobre a situação econômico-financeira e administrativa deste Município, relativo ao exercício de 2016.

I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Lei Federal nº 4.320/64, que prescreve as técnicas dos registros contábeis a serem obedecidos pela União, pelos Estados e Municípios, consubstancia diretrizes para Contabilidade Pública. Tal Contabilidade compreende os registros gerais do exercício, demonstrados pelos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Econômico (ou variações patrimoniais).

A Lei Municipal que aprovou o Orçamento Geral para o Exercício de 2014, com a receita de R\$ 51.076.026,40 (Cinquenta e Hum Milhões Setenta e Seis Mil Vinte e Seis Reais e Quarenta Centavos) e uma despesa de idêntico valor, ficando portanto, constatado perfeito equilíbrio.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, respalda todos os gastos realizados durante o exercício, nos mais diversos aspectos, desde a assistência social aos investimentos, a qual referenda as condutas e ações administrativas executadas, toas consignadas na Lei do orçamento.

Os anexos componentes do Balanço Geral desta Prefeitura, apresentam as peças, os elementos necessários para uma efetiva apuração dos dados inseridos nos mesmos, com clareza e evidência.

**II – CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO
ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO E PATRIMONIAL**

A prefeitura Municipal, teve o ingresso em sua receita a quantia de R\$ 48.850.622,43 emergente das seguintes contas orçamentarias:

Receita Tributaria	2.104.645,45
Receita de Contribuições	0,00

Receita Patrimonial	256.982,78
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	47.869.903,63
Outras Receitas Correntes	687.002,56
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	2.778.791,40
Operações de Crédito	0,00
Contas Redutoras	-4.846.703,39

Por outro lado a despesa efetivamente realizada no exercício, atingiu a cifra de R\$ 48.850.622,43 assim distribuídos:

Despesas Correntes	43.419.378,40
Despesas de Capital	3.016.405,21

O Balanço Orçamentário apresentou o seguinte desdobramento:

Créditos Orçamentários e Suplementares	45.582.727,04
Créditos Especiais	853.056,57
Créditos Extraordinários	0,00
Superávit	2.414.383,82
Total	48.850.622,43

O Balanço Financeiro apresentou os seguintes resultados:

Saldo do Exercício Anterior	3.692.454,90
Receita Orçamentária	46.071.831,03
Contra-partida Restos a Pagar	2.857.876,09
Receita Extra-orçamentária	8.921.673,63
Total	93.272.428,09

Despesa Orçamentária	46.435.783,61
Despesa Extra-orçamentária	14.559.846,44
Saldo para o Exercício Seguinte	3.326.997,00
Total	93.272.428,09

O Balanço Patrimonial apresentou os seguintes resultados:

Ativo	
Ativo Financeiro	9.883.223,04
Ativo Permanente	14.193.360,03
Passivo Real a Descoberto	0,00
Total	24.076.583,07

Passivo	
Passivo Financeiro	1.054.175,91
Passivo Permanente	3.853.723,46
Ativo Real Líquido	4.907.899,37

Total	24.076.583,07
--------------	----------------------

As Demonstrações das Variações Patrimoniais, apresentaram os seguintes elementos:

Variações Ativas	
Resultantes da Execução Orçamentária	
Receita Orçamentaria	48.850.622,43
Mutações Patrimoniais	29.411.354,57
Independentes da Execução Orçamentária	500.928,65
Déficit Verificado	0,00
Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária	46.435.783,61
Mutações Patrimoniais	28.949.801,04
Independentes da Execução Orçamentária	0,00
Superávit Verificado	3.377.321,00
Total Geral	78.762.905,65

A Dívida Flutuante, ficou distribuída de acordo com o anexo XVII.

III – DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

As novas normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, serão implantadas de acordo com os cronogramas enviados junto ao Sistema de Informações Municipais, em conformidade com a regra prevista de acordo com a Instrução Normativa nº 02/2013 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.

A implementação destas novas Normas, junto aos Sistemas Informáticos da Administração Municipal, ao qual, no decorrer do exercício efetuarão todas as ações para implementar essas regras, e qualificando nosso pessoal para atender os novos regramentos.

IV – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Quadro de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, segue anexo.

A remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito obedeceu ao que estabelece a Constituição Estadual.

Considerando as peças complementares, que integram a presente Prestação de Contas, foram estes os principais aspectos administrativos do Município, no decorrer do exercício sob exame.

Os Tombamentos e o levantamento Patrimonial em face das Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – PCASP, estão sendo efetuadas pela Administração.

Os Créditos Tributários estão sendo administrados e serão lançados em face da implantação de sistema de controle exigido pelas normas.

O Orçamento para o ano seguinte foi elaborado por fontes de recursos e sua aplicação será efetuada para demonstrar as informações corretas junto ao anexo XIII.

A implantação dos valores provisionais de despesa já estão em análise pelos Técnicos da Prefeitura Municipal para implantação.

Os sistemas informáticos da Administração já estão em acordo com as novas normas de contabilidade.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar protestos de estima e consideração, colocando-nos ao inteiro dispor desse órgão, para quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários.

Cordialmente,

Responsável pelo Controle Interno

Luís Valterlin Coutinho
Prefeito Municipal